

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 21 de outubro de 2011.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e por normas da CVM, estão convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização dos instrumentos financeiros derivativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as demonstrações financeiras do correspondente exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2013.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, quando aplicáveis, benefícios a empregados de curto prazo, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no exercício da atividade de correspondente bancário, em média nos dois ou três últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), saldos bancários a descoberto, fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “swap”, demonstradas na Nota Explicativa 27.

c. Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa 12, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias ponderadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estimadas são as seguintes:

	Taxa média
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronave	6,66%

f. Ativos intangíveis

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

(i) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

(ii) *Amortização*

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos.
- Fundo de comércio: Prazo de vigência dos contratos de locação.
- Desenvolvimento de *websites*: 10 anos.

g. *Arrendamentos mercantis*

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiro.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

h. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como Imobilizado e Intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). A Companhia considera cada loja individual como unidade geradora de caixa.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Benefícios a empregados

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Capital social

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio. O excesso de

dividendos a serem distribuído são classificados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido.

l. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

m. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Comissão sobre serviços de correspondente bancário

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

(iii) Receita de aluguel

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. E é decorrente de cessão de espaço para caixas eletrônicos e antenas de operadoras de telefonia.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Imposto de renda e contribuição social

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data

de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(ii) *Impostos diferidos*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

p. *Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários*

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

q. *Segmentos de negócios*

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento

estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

r. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

s. Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

(i) Contas a pagar a fornecedores

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Algumas novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”. Estas modificações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2014 e não resultarão em impactos relevantes para a Companhia.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	25.113	23.863
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>234.999</u>	<u>75.070</u>
	<u>260.112</u>	<u>98.933</u>

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão destinadas à utilização imediata nas operações da Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreados a CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 96,5% e 101,5% (com uma média ponderada de 100,2%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras decorrente da emissão das debêntures descritas na Nota Explicativa 16, representa R\$ 49.656 (R\$ 33.830 em 31 de dezembro de 2012).

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

5 Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 12.072 e R\$ 14.562 em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário. Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 33.667, sendo R\$ 33.537 junto a terceiros e R\$ 130 junto a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 37.896, sendo R\$ 36.656 junto a terceiros e R\$ 1.240 junto a partes relacionada em 2012) e

6 Outros investimentos

	2013	2012
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>5.287</u>	<u>1.978</u>
Circulante	<u>5.287</u>	<u>200</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>1.778</u>

Referem-se à aplicações financeiras, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas de 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos até o vencimento, no ativo circulante.

Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento, no valor de R\$ 1.778, estão atrelados a obrigatoriedade de financiamento, junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, o qual foi liquidado antecipadamente em 3 de dezembro de 2013.

7 Contas a receber de clientes

	2013	2012
Cartões de crédito a receber	204.093	120.076
Antecipação de Cartões de crédito a receber	(50.312)	-
Convênios a receber	15.675	12.826
Comissões a receber	872	837
	<u>170.328</u>	<u>133.739</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 27.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia cujo os detalhes encontram-se divulgados nas Nota Explicativas 15 e 16.

Ajustes a Valor Presente (AVP)

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, com base nesses estudos, a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP, considerando que o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente entre 15 e 20 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

Provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa

A Companhia não tem histórico de perdas com seus recebíveis de clientes, razão pela qual nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa vinha sendo reconhecida. A Administração entende que não há risco de crédito em sua carteira de cliente, uma vez que nas transações com administradoras de cartão, o risco de crédito é transferido.

8 Estoques

	2013	2012
Mercadorias de revenda nas lojas	411.423	354.557
Mercadorias de revenda no centro de distribuição	329.150	250.477
Materiais para uso e consumo	815	744
	<u>741.388</u>	<u>605.778</u>

Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no ano, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque,

utilizando uma taxa entre 8,94% a.a. e 12,94% a.a. na data de cada operação (ver explicação na Nota Explicativa 14). O efeito do AVP foi de R\$ 13.127 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 9.429 em 31 de dezembro de 2012), apresentado líquido no saldo de estoque.

Provisão para obsolescência de estoque

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existirem perdas. O estoque da Companhia é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Companhia, portanto, possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	188	-	437	-
IRPJ (b)	1.432	-	2.404	-
CSLL (c)	-	-	1.160	-
COFINS (c)	1.855	5.044	866	4.661
PIS (c)	402	900	198	832
INSS (d)	3.180	-	-	-
Outros	973	1.083	59	1.014
	<u>8.030</u>	<u>7.027</u>	<u>5.124</u>	<u>6.507</u>

- (a) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Companhia, localizada no Estado do Ceará.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.
- (d) Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS): são créditos oriundos do pagamento do INSS sobre 1% da receita bruta conforme regulamentava a Lei 12.715/12 sobre a desoneração da folha de pagamento referente ao mês de junho, o qual também foi posteriormente calculado e pago sobre a folha de pagamento.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Origem dos créditos fiscais diferidos	2013	2012
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social (b)	11.910	14.414
Diferenças temporárias (c)	1.126	1.341
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	(6.193)	(1.351)
Total	6.843	14.404
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo	14.429	22.698
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo	(7.586)	(8.294)
Efeito líquido	6.843	14.404

a. Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	125.467	125.757
Alíquota fiscal combinada [D]	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	42.659	42.757
Adições permanentes: [B]	3.178	1.792
Multas não dedutíveis	315	102
Outras adições permanentes	2.863	1.690
Exclusões permanentes: [C]	81.371	72.925
ICMS sobre operações interestaduais	65.659	58.185
Juros sobre capital próprio (ver Nota Explicativa 21d)	14.753	13.294
Outras exclusões permanentes	959	1.446
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do exercício após adições/exclusões [A] + [B] – [C] X [D] = [E]	16.073	18.393
Alíquota efetiva [E]/[A]	12,81%	14,63%

b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de Contribuição Social (CSLL) a compensar

As variações verificadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram decorrentes da utilização dos créditos de base negativa de contribuição social.

A movimentação dos saldos existentes de 31 de dezembro de 2011 a 2012 pode assim ser demonstrada:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.322	592	18.914
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(3.908)	(592)	(4.500)
Reversão de tributos diferidos proveniente dos ajustes de CPC			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14.414	-	14.414
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(2.504)	-	(2.504)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.910	-	11.910

c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC

	Saldo em 01/01/12	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/12	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/13
Custo atribuído	(206)	47	(159)	46	(113)
Capitalização dos juros	(681)	(293)	(974)	(1.541)	(2.515)
Ajuste a valor de mercado	748	(323)	425	(3.719)	(3.294)
Custos com <i>IPO</i>	(725)	(892)	(1.617)	1.617	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	(35)	-	-	-
Outras provisões	2.156	159	2.315	(1.460)	855
Total	1.327	(1.337)	(10)	(5.057)	(5.067)

d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos

	2013	2012
Custo atribuído	(113)	(159)
Capitalização dos juros	(2.515)	(974)
Provisão para contingências	1.126	1.341
Ajuste a valor presente	(271)	974
Ajuste a valor de mercado	(3.294)	425
Custos com <i>IPO</i>	-	(1.617)
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social a compensar	11.910	14.414
Total	6.843	14.404
Ativo	14.429	22.698
Passivo	(7.586)	(8.294)

e. Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	R\$
2014	3.957
2015	4.550
2016	3.403
	11.910

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

		2013		2012	
Partes relacionadas	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adiantamento a terceiros					
Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. (a)	Compra de medicamentos	-	-	273	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	-	-	178	-
		-	-	451	-
Outros créditos					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (f)	Serviços de corretagem	1	-	49	-
Adiantamentos					
Renda Participações S.A. (b)	Adiantamentos	7.800	-	6.611	-
Dupar Participações S.A. (c)	Adiantamentos	20.310	-	132.691	-
Francisco Deusmar de Queirós (i)	Adiantamentos	5.460	-	328	-
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (h)	Adiantamentos	2.163	-	4.834	-
		35.733		144.464	-
Fornecedores					
Midigraf Serviços Digitais Ltda. (d)	Prestação de serviços gráficos	-	-	-	17
PH Segurança Ltda. (g)	Serviços de segurança	-	-	-	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	-	-	-	5
Sevla Participações S.A. (k)	Consultoria de gestão	-	20	-	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (j)	Adiantamentos	-	201	-	12
Arrecadação de recursos de terceiros					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (h)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	130	-	1.240
Outras contas a pagar					
Renda Participações S.A. (b)	Aluguéis	-	-	-	333
Dupar Participações S.A. (c)	Aluguéis	-	-	-	2.066
		-	-	-	2.399
Juros sobre capital próprio					
Acionistas	JSCP	-	2.432	-	10.967
Total		35.734	2.783	144.964	14.640
Circulante		1	2.783	500	14.640
Não circulante		35.733	-	144.464	-

- (a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve novas compras de medicamentos junto a essa parte relacionada. Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2012 são, basicamente, decorrentes de compras, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

No decorrer do exercício de 2013, foi transacionado o montante de R\$ 273 zerando o saldo com esta parte relacionada.

- (b) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2013, existem 21 imóveis (dos quais 12 são lojas em funcionamento) em locação impactando o resultado em R\$ 3.736 durante o exercício de 2013 (R\$ 3.965 em 2012). Não há saldo de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 333 em 31 de dezembro de 2012).

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A. e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa 17.

- (c) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2013 existem 256 contratos de imóveis (em 31 de dezembro de 2012 existiam 210 contratos de imóveis) de propriedade da Dupar e alugados pela Companhia (locatária). O impacto no resultado de 2013 foi de R\$ 32.753 (R\$ 20.844 em 2012). Não há saldo de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa 17.

No decorrer de 2013, foi transacionado o montante de R\$ 30.383 (R\$ 100.400 em 2012) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. As operações de adiantamentos junto à Dupar Participações S.A. são liquidadas através do pagamento de aluguéis que será recebido pela Dupar Participações S.A. mensalmente, ou despesas de natureza diversas podem ser utilizadas para liquidação do saldo.

- (d) Midigraf Serviços Digitais Ltda. – Atua principalmente na execução de serviços gráficos digitais, comércio varejista de produtos de papelaria e artigos de escritório.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo transacionado com esta parte relacionada no resultado totalizou R\$ 499 (R\$ 246 em 2012). Não há saldo de fornecedor a pagar com esta parte relacionada em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2012).

- (e) Gráfica Boa Letra Ltda. – Esta parte relacionada tem como objetivo a impressão de livros, revistas, material de publicidade, material de escritório e outros periódicos em geral sob encomenda.

No decorrer do período de 2013 o saldo a receber de R\$ 178 que existia com esta parte relacionada foi zerado. E o saldo passivo de R\$ 5 a pagar com esta parte relacionada também foi baixado. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o saldo transacionado havia sido de R\$ 6.

- (f) Pax Corretora de Valores e Cambio Ltda. – Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

No decorrer do exercício de 2013, foi transacionado o montante de R\$ 48 (R\$ 9 em 2012). O saldo a receber com esta parte relacionada em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2012).

- (g) PH Segurança Ltda. – Empresa que atua no mercado de prestação de serviços de segurança pessoal, patrimonial e empresarial.

Não há saldo em aberto com esta parte relacionada em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O valor dos serviços contratados que impactaram o resultado em 2013 foi de R\$ 1.493 (R\$ 1.199 em 2012).

- (h) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. – Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 2013 foi transacionado o montante de R\$ 1.662 no passivo (R\$ 1.496 em 2012) remanescendo um saldo a pagar para esta parte relacionada de R\$ 130 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.240 em 31 de dezembro de 2012).

E no ativo, até 31 de dezembro de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 2.431 proveniente de reclassificação do saldo do passivo com natureza credora na época e ainda R\$ 2.401 de demais adiantamentos. Ao longo do exercício de 2013 o saldo dos demais adiantamentos foi zerado remanesecendo o saldo a receber de R\$ 2.163 a ser compesando em períodos posteriores.

- (i) Francisco Deusmar de Queirós – Principal acionista da Companhia com 70% de controle do capital societário.

Em 2013, foi transacionado de débitos no ativo o montante de R\$ 13.010 (R\$ 1.528 em 2012) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. Após liquidações ou compensações, remanesce a receber desta parte relacionada em 31 de dezembro de 2013 o montante R\$ 5.460 (R\$ 328 em 31 de dezembro de 2012).

- (j) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Em 2013 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 2.429 (R\$ 1.931 em 2012).

- (k) Sevla Participações S.A. - Tem como objetivo principal a atividades de consultoria em gestão empresarial.

Em 2013 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 940 (não houve transações em 2012). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 permanece de R\$ 20.

As operações de adiantamentos entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações (juros e atualização monetária) e não possuem prazos de vencimentos.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no exercício:

- Giss do Brasil S.A.;
- Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Boa Terra – Corretora de Seguros Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Grêmio Recreativo Pague Menos;
- Pague Menos Comércio e Importação Ltda.;
- Pague Menos Fidelização e Eventos Ltda.;
- Praxis Consultoria Ltda; e
- Ponte & Caminha Consultoria Ltda.

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 1.761, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.743 em 31 de dezembro de 2012) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo. A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (previdência privada) e remuneração baseada em ações.

O valor de R\$ 30.607 que se refere ao pagamento de dividendos adicionais propostos provisionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foi desconsiderado na demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa haja visto que este valor foi compensando com saldo a receber de partes relacionadas.

f. Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos da Companhia, a saber:

Direito creditórios	Saldo garantido
Recebíveis Hipercard	23.749
Recebíveis Redecard	25.000

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Saldo garantido
Francisco Deusmar de Queirós	237.251
Aval	129.030
Garantidor	108.221
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves	99.067
Aval	99.067
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge	2.769
Aval	2.769
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves e cônjuge	123.671
Aval	123.671
Dupar Participações S.A.	16.279
Aval	16.279

12 Imobilizado

	Obras em andamento	Benefitórias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2012	9.286	116.723	12.808	18.018	11.367	3.699	13.095	23.501	5.622	214.119
Adições	24.527	39.869	2.780	10.261	3.387	674	-	7.471	20.345	109.314
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	1.324	-	-	-	-	-	-	-	1.324
Transferências	(8.585)	8.562	(16)	654	16	-	-	(631)	-	-
Baixas	-	-	(5)	(1)	-	(215)	-	(1)	-	(222)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>25.228</u>	<u>166.478</u>	<u>15.567</u>	<u>28.932</u>	<u>14.770</u>	<u>4.158</u>	<u>13.095</u>	<u>30.340</u>	<u>25.967</u>	<u>324.535</u>
Adições	50.488	39.026	3.375	4.309	4.717	60	-	4.247	-	106.222
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	5.120	-	-	-	-	-	-	-	5.120
Transferências	(6.809)	5.799	109	297	604	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(35)	-	(24)	(5.406)	(5.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>68.907</u>	<u>216.423</u>	<u>19.051</u>	<u>33.538</u>	<u>20.091</u>	<u>4.183</u>	<u>13.095</u>	<u>34.563</u>	<u>20.561</u>	<u>430.412</u>
Taxas de depreciação	-	10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	
Depreciação										
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	(33.501)	(5.490)	(5.437)	(2.718)	(2.436)	(724)	(13.056)	-	(63.362)
Depreciação no período	-	(24.333)	(1.133)	(2.342)	(1.234)	(463)	(873)	(3.270)	-	(33.648)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(137)	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(463)	-	-	-	-	-	-	-	(463)
Transferências	-	5	4	(131)	(4)	-	-	126	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	191	-	-	-	191
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>(58.429)</u>	<u>(6.619)</u>	<u>(7.910)</u>	<u>(3.956)</u>	<u>(2.708)</u>	<u>(1.597)</u>	<u>(16.200)</u>	<u>-</u>	<u>(97.419)</u>
Depreciação no período	-	(33.393)	(1.344)	(3.032)	(1.539)	(475)	(873)	(3.532)	-	(44.188)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(137)	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(586)	-	-	-	-	-	-	-	(586)
Transferências	-	3	-	(3)	-	-	-	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	22	-	2	-	24
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>-</u>	<u>(92.542)</u>	<u>(7.963)</u>	<u>(10.945)</u>	<u>(5.495)</u>	<u>(3.161)</u>	<u>(2.470)</u>	<u>(19.730)</u>	<u>-</u>	<u>(142.306)</u>
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2012	<u>25.228</u>	<u>108.049</u>	<u>8.948</u>	<u>21.022</u>	<u>10.814</u>	<u>1.450</u>	<u>11.498</u>	<u>14.140</u>	<u>25.967</u>	<u>227.116</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>68.907</u>	<u>123.881</u>	<u>11.088</u>	<u>22.593</u>	<u>14.596</u>	<u>1.022</u>	<u>10.625</u>	<u>14.833</u>	<u>20.561</u>	<u>288.106</u>

As adições no imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros para expansão das atividades com a construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática.

Os bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, somam R\$ 42.027 até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 43.429 até 31 de dezembro de 2012). O saldo é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada acima.

a. Custo atribuído

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e do ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído, a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas, datado de 31 de dezembro de 2010, foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 137 (R\$ 137 em 31 de dezembro de 2012). O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

b. Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 49 lojas e 1 centro de distribuição em 31 de dezembro de 2013 (40 lojas 1 centro de distribuição em 31 de dezembro de 2012). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizavam R\$ 68.907 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 25.228 em 31 de dezembro de 2012). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 5.020 em 2013 (R\$ 1.324 em 2012). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 8,94% a 12,94% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

c. Provisão para redução no valor recuperável (*impairment*)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativo.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

13 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (<i>Key money</i>)	Softwares	Desenvolvimento de <i>websites</i>	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2012	4.195	5.222	4.548	36	14.331
Adições	-	2.820	2.596	33	5.449
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.195	8.372	7.144	69	19.780
Adições	-	400	1.297	-	1.697
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.195	8.772	8.441	69	21.477
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2012	-	(710)	(848)	-	(1.558)
Amortização	-	(816)	(1.179)	(1)	(1.996)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(1.526)	(2.027)	(1)	(3.554)
Amortização	-	(1.018)	(1.612)	(7)	(2.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2.544)	(3.639)	(8)	(6.191)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2012	4.195	6.846	5.117	68	16.226
Em 31 de dezembro de 2013	4.195	6.228	4.802	61	15.286

(*) A amortização do fundo de comércio (*Key money*) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos).

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

Fundo de comércio (*Key money*)

Fundo de comércio (*Key money*) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

Desenvolvimento de *websites*

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 19% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado.
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.

- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

14 Fornecedores

a. Composição da conta

	2013	2012
Fornecedores	556.237	421.407
(-) Crédito por devoluções	(211.830)	(159.785)
	<u>344.407</u>	<u>261.622</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 10.465 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5.971 em 31 de dezembro de 2012), apresentado líquido no saldo de fornecedores.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente a 8,94% a.a. e 12,94% a.a., considerando um prazo médio de pagamento de 50 a 88 dias, sendo este critério uniforme para o exercício de 2013 e 2012.

Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada.

A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (WACC – *Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2013, que, por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia *CAPM - Capital Asset Pricing Model* a qual considera a taxa livre de risco.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	2013	2012
A vencer		
1 a 30 dias	234.740	182.207
31 a 60 dias	150.176	82.795
61 a 90 dias	76.215	40.584
Acima de 91 dias	<u>89.353</u>	<u>110.803</u>
Subtotal	550.484	416.389
Títulos contra-apresentação	<u>16.218</u>	<u>10.989</u>
Total	<u>566.702</u>	<u>427.378</u>

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	2013		2012	
Fornecedores				
Maior fornecedor	68.052	12%	36.047	8%
do 2º ao 25º	293.028	52%	246.542	58%
do 26º ao 50º	84.295	15%	61.072	14%
Demais fornecedores	120.427	21%	83.717	20%
Total	566.702	100%	427.378	100%

15 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos e empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa 26 – Instrumentos financeiros.

a. Composição da conta

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2013	2012
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,82% a 2% a.a.	-	43.839
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a 4,7% a.a.	521	1.274
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a 8,7% a.a.	2.670	3.668
Banco do Brasil	Financiamento veículo	-	16,08% a.a.	71	117
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	10% a.a.	48.460	7.915
Bradesco	Capital de giro	CDI	1,55% a.a.	6.978	-
Bradesco	Leasing	-	3% a.a.	2.584	-
Itaú	Capital de giro - <i>swap</i>	USD	2,62% a 3,63% a.a.	190.273	110.926
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 3,66% a.a.	36.797	85.065
Itaú	Garantida	CDI		4.925	4.876
Safra	Capital de giro - <i>swap</i>	USD	3,33% a.a.	73.844	-
Santander Real	Compror	CDI	1,68% a 1,98% a.a.	2.770	11.182
Santander Real	Capital de giro	CDI	1,65% a 2,4% a.a.	16.279	34.998
Total de financiamentos e empréstimos				386.172	303.860
Circulante				101.334	101.860
Não circulante				284.838	202.000

Em 30 de dezembro de 2013 o BNB concedeu à Companhia uma linha de crédito de R\$ 76.046 providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) sendo este crédito deferido para a construção de novas lojas à uma taxa efetiva de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% sobre os juros. A referida linha de crédito possui carência de 36 meses findando-se em 2026 e a sua liberação dos recursos se dará com o decorrer das construções das novas lojas.

Ainda em 30 de dezembro de 2013 foi aprovado uma Cédula de Crédito Comercial da linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no valor de R\$ 36.528 junto ao Banco do Brasil S.A. e a liberação do recurso já foi disponibilizada em março de 2014 conforme, comentários na Nota Explicativa 29.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

b. Por moeda

	2013	2012
Em moeda nacional – (R\$)	122.054	192.934
Em moeda estrangeira, dólar – (R\$)	264.118	110.926
Total	386.172	303.860

c. Cronograma de desembolso

	2013	2012
Vencimentos		
2013	-	101.860
2014	101.334	147.648
2015	211.721	53.471
2016	44.900	740
2012	27.858	114
2018	359	27
Total	386.172	303.860

d. Garantias

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, ainda há foram dadas outros tipos de garantias para os financiamentos e empréstimos contratos pela Companhia, conforme discriminado no quadro abaixo:

Banco/Garantia	Saldo existente
Banco do Brasil	82.532
Cessão fiduciária de direitos creditórios - debêntures	79.341
Alienação fiduciária de bens	3.191
Bradesco	2.584
Alienação fiduciária de bens	2.584
Itaú	25.000
Cessão fiduciária de direitos creditórios	25.000
Safra	23.749
Cessão fiduciária de direitos creditórios	23.749

e. Cláusulas restritivas

Com exceção das Debêntures, a Companhia não possui contratos de financiamentos e empréstimos com *covenants*.

16 Debêntures**Composição da conta**

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão de debêntures	96.344	121.950	45.962	214.773
2ª emissão de debêntures	22	99.046	-	-
	96.366	220.996	45.962	214.773

1ª emissão de debêntures

Em 14 de maio de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e serão destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro.

a. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>45.962</u>	<u>214.773</u>	<u>260.735</u>
Ingressos	-	-	-
Custo de captação	-	-	-
Realização do custo de captação	502	-	502
Encargos	6.873	16.395	23.270
Amortizações do principal	(43.333)	-	(43.333)
Amortizações de juros	(22.878)	-	(22.878)
Transferências	109.208	(109.218)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>96.344</u>	<u>121.950</u>	<u>218.294</u>

b. Características da 1ª emissão de debêntures

Número da emissão:	1ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/05/2012
Data de vencimento:	18/05/2016
Quantidade:	26 mil debentures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 260.000
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominative
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,19% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carencia.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.
Amortização programada da remuneração:	18 de novembro de 2012, 18 de maio de 2013, 18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.

c. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis

equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

d. Cláusulas restritivas

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

2ª emissão de debêntures

Em 12 de dezembro de 2013, através de RCA - Reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a 2ª emissão de Debêntures simples. Os recursos captados no montante de R\$ 100.000 foram liberados em 18 de dezembro de 2013 e serão destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro, sendo que, para todos os fins. A taxa efetiva desta operação é CDI + 1,63%.

a. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-
Ingressos	-	100.000	100.000
Custo de captação	(318)	(954)	(1.272)
Realização do custo de captação	11	-	11
Encargos	329	-	329
Amortizações de juros	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	22	99.046	99.068

b. Características da 2ª emissão de debêntures

Número da emissão:	2ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/12/2013
Data de vencimento:	18/12/2017
Quantidade:	10 mil debentures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 100.000
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominative
Garantia:	Real e fidejussória

Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,20% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carencia.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de junho de 2015, 18 de dezembro de 2015, 18 de junho de 2016, 18 de dezembro de 2016, 18 de junho de 2017 e 18 de dezembro de 2017.
Amortização programada da remuneração:	18 de junho de 2014, 18 de dezembro de 2014, 18 de junho de 2015, 18 de dezembro de 2015, 18 de junho de 2016, 18 de dezembro de 2016, 18 de junho de 2017 e 18 de dezembro de 2017.

c. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

d. Cláusulas restritivas

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

17 Arrendamentos mercantis

Operacionais

Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	Valores
2014	94.855
2015	76.812
2016	63.238
2017	52.672
2018	35.027
Após 2017	38.208
	360.812

Terceiros	214.485
Partes relacionadas	146.327
Total	<u>360.812</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 727 contratos de arrendamento operacional, os quais se referem aos aluguéis de lojas, contratados junto a terceiros (450 contratos), incluindo os terrenos arrendados junto às suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. (256 contratos) e Renda Participações S.A. (21 contratos). Parte destes contratos referem-se à 418 lojas alugadas de terceiros, 218 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 12 lojas alugadas da Renda Participações S.A todas já em funcionamento. E ainda, 3 centros de distribuição, sendo 2 alugados da Dupar Participações S.A e outro alugado de terceiros.

Esses arrendamentos têm prazo de duração em média de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato. Para a projeção dos contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia.

Para a parte relacionada, Dupar Participações S.A. foi considerado ou valor mínimo dos aluguéis dos imóveis que é de R\$ 7,5 atualizado anualmente pelo IGP-M ou 2,5% do faturamento da respectiva loja, dos dois o maior.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa no resultado de 2013 o montante de R\$ 98.381, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 77.190 em 2013).

Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 4.340 foi reconhecido como despesa de manutenção em 2013, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 3.153 em 2012).

18 Impostos e contribuições a recolher

	2013	2012
ICMS	29.365	25.279
CSLL - Contribuição social	107	144
IRRF	1.466	2.500
ISS	46	410
INSS	8.745	7.486
FGTS	2.824	2.419
Contribuição sindical - Empregados	272	387
Outros impostos contribuições a recolher	363	226
	<u>43.188</u>	<u>38.851</u>

A Companhia atua em diversos Estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada Estado em que opera.

19 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a. Composição da conta

	2013	2012
Administrativas	461	572
Cíveis	1.644	962
Trabalhistas	<u>1.205</u>	<u>2.410</u>
	<u>3.310</u>	<u>3.944</u>

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados principalmente por causas cujos valores individuais são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 14.353 e R\$ 9.056, respectivamente, para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Movimentação dos processos no exercício

2012	Saldo inicial 31/12/11	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Transferência de saldos	Saldo final 31/12/12
Administrativas	71	214	(113)	-	400	572
Cíveis	507	687	(417)	-	185	962
Trabalhistas	3.629	2.423	(1.949)	(1.508)	(185)	2.410
Tributárias	<u>445</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>	<u>(400)</u>	<u>-</u>
	<u>4.652</u>	<u>3.324</u>	<u>(2.524)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>-</u>	<u>3.944</u>

2013	Saldo inicial 31/12/12	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Transferência de saldos	Saldo final 31/12/13
Administrativas	572	24	(135)		-	461
Cíveis	962	1.040	(358)		-	1.644
Trabalhistas	2.410	2.655	(2.183)	(1.677)	-	1.205
	<u>3.944</u>	<u>3.719</u>	<u>(2.676)</u>	<u>(1.677)</u>	<u>-</u>	<u>3.310</u>

20 Adoção antecipada da MP 627

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração da Companhia não espera impactos significativos.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 4 de janeiro de 2007, era de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 1º de março de 2011, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social.

Em 21 de junho de 2011, foi aprovada por unanimidade a proposta da Diretoria para aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 90.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 18 de junho de 2012, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de 2 (duas) para 1 (uma). Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 2 (ações) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 1 (uma) nova ação para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social, passando o capital da Companhia ser representado por 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda em 18 de junho de 2012, na mesma reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovada por unanimidade o aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 80.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 300.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um

montante total de R\$ 220.000 (em 31 de dezembro de 2011 representado por 150.000 mil ações, perfazendo um montante total de R\$ 140.000).

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 2013 e 2012, os montantes de R\$ 5.470 e R\$ 5.368 foram destinados para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo de reserva legal é de R\$ 21.471 e R\$ 16.001.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa 22 - Subvenção governamental.

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2010, o montante de R\$ 90.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011.

A reserva de incentivo fiscal vem sendo constituída a partir de 2009, visto que, no exercício de 2008, ocorreu um prejuízo. Em 2008, 2009, 2010 e 2011, foram apurados os montantes de R\$ 32.672, R\$ 39.255, R\$ 43.888 e R\$ 54.744. Do saldo acumulado em 2009, foram destinados apenas R\$ 25.993 do saldo remanescente dos Lucros/Prejuízos. No exercício de 2010, foram destinados para a reserva de incentivo fiscal o valor de R\$ 43.888 referente ao exercício corrente e ainda R\$ 20.744 correspondentes ao saldo remanescente dos exercícios anteriores.

E por fim, em 2011, foram destinados R\$ 79.934, sendo que R\$ 54.744 apurados no ano corrente e R\$ 25.190 de saldos remanescentes dos exercícios anteriores. Desta forma, o saldo de reserva de incentivos fiscais foi completamente destinado.

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2011, o montante de R\$ 80.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de junho de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo o valor do incentivo fiscal foi de R\$ 65.659 (R\$ 58.185 em 31 de dezembro de 2012).

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

O montante de realização no exercício de 2013 foi de R\$ 90 (R\$ 90 em 2012).

d. Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do

exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

As remunerações aos acionistas referentes aos exercícios de 2013 e 2012 foram pagas em forma de Dividendos e Juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2013, foi de R\$ 14.753 (R\$ 13.294 em 2012).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) nos exercícios findos em 2013 e 2012. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	109.394	107.364
(-) Reserva legal	(5.470)	(5.368)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(65.659)	(58.185)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	90	90
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	38.355	43.901
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual – mínimo obrigatório	9.589	10.975
Juros sobre capital próprio calculado	14.753	13.294
Juros sobre capital próprio – limite do mínimo obrigatório	9.589	10.975
Juros sobre capital próprio – excedente ao mínimo obrigatório	5.164	2.319
Dividendos adicionais propostos	23.602	30.607

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, incluindo o valor que foi calculado e distribuído sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado acima, está sendo destinado para a reserva de dividendos adicionais propostos conforme preconizado pela Interpretação do Pronunciamento Contábil - ICPC 08. Esta reserva, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 28.766 será deliberada pelos acionistas em Assembleia a ser realizada no exercício de 2014.

O saldo da reserva de dividendos adicionais propostas de R\$ 32.926 existente em 31 de dezembro de 2012 foi utilizado para pagamento de dividendos conforme deliberação dos acionistas ocorrida em 2013.

Não houve dividendos distribuídos antecipadamente para o exercício de 2013.

22 Lucro líquido por ação

Conforme Nota Explicativa 20 - Patrimônio líquido, em 18 de junho de 2012 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 2 cada (de 150.000.000 para 300.000.000 de ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 - Resultados por ação (IAS 33), o cálculo do

resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os exercícios apresentados retrospectivamente, mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas demonstrações financeiras. Portanto, o lucro por ação referente ao exercício comparativo foi apresentado em adequação a essa situação.

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme o quadro abaixo:

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas	109.394	107.364
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	300.000	300.000
Resultado por ação básico e diluído- R\$	0,36	0,36

23 Subvenção governamental

A Companhia possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado. O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias vendidas em outros Estados e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem cumprido as exigências básicas voltadas ao Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são aumento do volume de arrecadação do ICMS, incremento da geração de emprego, aquisição de ativo imobilizado, abertura de novas lojas e a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem basicamente da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 7 anos e sua última prorrogação foi em 15 de outubro de 2013, com vigência até 31 de maio de 2014. A Companhia apurou o montante de R\$ 65.659 de subvenções governamentais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 58.185 no período findo em 31 de dezembro de 2012).

A Administração já está em processo de renovação desta subvenção por igual período, não havendo qualquer perspectiva de que a mesma não seja concedida.

24 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2013	2012
Receita operacional bruta	3.719.249	3.248.686
Venda de mercadoria	3.714.397	3.237.956
Serviços prestados	4.852	10.730
Deduções	(137.620)	(110.783)
Impostos sobre vendas	(111.567)	(85.892)
Devoluções e abatimentos	(26.053)	(24.891)
Receita operacional líquida	3.581.629	3.137.903

25 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	2013	2012
Despesas com vendas		
Veiculação, publicidade e produção	(25.207)	(23.920)
Patrocínio, shows, eventos, premiações e Dotz	(5.179)	(5.045)
Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	(36.657)	(33.280)
Subtotal	(67.043)	(62.245)
Despesas administrativas e gerais		
Despesas com pessoal	(457.420)	(402.507)
Despesas com ocupação	(144.475)	(112.084)
Despesas com utilidades e serviços	(41.096)	(37.958)
Impostos, taxas e contribuições	(11.152)	(9.371)
Despesas gerais	(100.431)	(76.027)
Subtotal	(754.574)	(637.947)
Total	(821.617)	(700.192)

Até 31 de dezembro de 2013, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos no total de R\$ 4.991, relacionados à oferta pública de ações, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Até 31 de dezembro de 2013 foi capitalizado R\$ 237 (R\$ 2.622 até 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, o valor das capitalizações efetuadas nos últimos três exercícios sociais foram estornadas para o resultado impactando o grupo de Outras despesas em R\$ 4.991.

26 Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	6.808	1.797
Receitas com operações de <i>swap</i>	25.318	6.975
Variação cambial	15.080	4.663
Atualização monetária	631	2.904
Juros sobre capital próprio	1	8
Outros juros	23	964
Total de receita financeira	47.861	17.311
Despesas financeiras		
Juros	(49.961)	(43.706)
Despesas com operações de <i>swap</i>	(14.376)	(6.028)
Comissões e despesas bancárias	(2.104)	(825)
IOF	(2.241)	(2.934)
Ajustes a valores presentes	(41.419)	(36.049)
Variação cambial	(27.348)	(8.765)
Atualização monetária	(5)	(3.132)
Descontos concedidos	(14)	(977)
Total de despesa financeira	(137.468)	(102.416)
Resultado financeiro	(89.607)	(85.105)

Os valores de R\$ 46.455 e R\$ 42.441 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, são apresentados na Demonstração do fluxo de caixa e referem-se à juros de financiamentos e empréstimos, estes saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, operações de swap, financiamentos e empréstimos e debêntures..

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito;**
- **Risco de liquidez;**
- **Risco de mercado;**

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e

os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em suas debêntures (cláusulas restritivas).

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco revisando e estabelecendo políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo:

- **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

A Administração entende que a Companhia possui risco baixo de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui nenhum cliente que exceda o limite de 10% de suas receitas e as suas vendas são efetuadas à vista, portanto, sem risco, bem como sua política de investimento em outras Companhias representa uma parcela insignificante.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras dos cartões de crédito, este é controlado diariamente através de um processo rigoroso de conferências entre o faturamento e o recebimento. A Companhia atualmente trabalha com administradoras de cartões de primeira linha, tais como Cielo e Redecard, ambas classificadas como *rating* AAA pela agência Fitch. Portanto, a Administração entende que o seu risco é baixo, além de que estas assumem total responsabilidade pelo repasse dos créditos.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito junto a instituições financeiras sólidas e de primeira linha segundo as classificações dos *rating* pela agência Fitch, abaixo listados. Logo, Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações e considera o risco de crédito insignificante.

Contas a receber de clientes

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2013	2012
Contas a receber de clientes	170.328	133.739
	<u>170.328</u>	<u>133.739</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 por tipo de contraparte foi:

	2013	2012
Cartões de crédito	153.781	120.076
Convênios	15.675	12.826
Comissões	872	837
	<u>170.328</u>	<u>133.739</u>
	2013	2012
A vencer		
1 a 30 dias	70.816	76.949
31 a 60 dias	45.603	24.384
61 a 90 dias	25.413	10.176
Acima de 90 dias	11.949	8.567
Total	<u>153.781</u>	<u>120.076</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. A Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável adicional.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 260.112 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 98.933 em 31 de dezembro de 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a instituições financeiras, os quais possuem *ratings* abaixo listados:

Instituição financeira	Ratings pela agência Fitch
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	AAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA
Banco Bradesco S.A.	AAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA
Banco do Brasil S.A.	AAA
Banco Safra S.A.	AAA

• **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia faz um acompanhamento minucioso do nosso fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite não só o cumprimento das obrigações financeiras, bem como a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, rentabilizando assim nossas sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das demonstrações financeiras, estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2013	Valor contábil	Valor contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	260.112	260.112	260.112	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	170.328	170.328	170.328	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	566.702	566.702	566.702	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	386.172	360.295	136.550	106.248	117.497	-
Debêntures (nota 16)	317.362	316.667	86.667	120.000	110.000	-

Em 31 de dezembro de 2012	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	98.933	98.933	98.933	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	133.739	133.739	133.739	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	427.378	427.378	427.378	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	303.860	290.356	94.455	142.722	53.153	26
Debêntures (nota 16)	260.735	260.000	43.333	86.667	130.000	-

• Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, o risco de mercado que se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros e de câmbio, já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. Os financiamentos e empréstimos atrelados a taxas de juros variáveis e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidades.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre a ponta ativa do *swap* atrelados à moeda estrangeira dólar norte-americano (USD). Portanto, a Companhia fica sujeita ao risco da baixa do dólar, em virtude de ter trocado a sua ponta passiva por CDI. O dólar encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2013 com a variação positiva de 14,64% em relação à última cotação do exercício de 2012.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração contrata instrumentos financeiros derivativos, suscetíveis também à variação cambial. A Administração contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio. Os saldos do efeito do *swap* atrelado ao dólar são demonstrados a seguir:

Moeda dólar	2013	2012
Ativos em moeda estrangeira (a)	14.515	5.991
Passivos em moeda estrangeira (b)	-	(1.267)

Moeda dólar	2013	2012
Superavit/ (Déficit) apurado (a-b)	14.515	4.724

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº. 475, de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar (ponta ativa) e os respectivos resultados futuros que seriam gerados a partir da posição de 31 de dezembro de 2013, que utiliza o dólar PTAX médio de R\$ 2,3426. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma baixa de 25% (na ponta ativa) partindo da cotação do dólar futuro; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar futuro é rebaixada em 50% da utilizada no cenário provável.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2013:

Abaixo demonstramos a variação de US\$ 14.515, em 31 de dezembro de 2013, conforme os cenários demonstrados acima.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Despesa financeira	Baixa do US\$	-	(40.901)	(110.832)

Em 31 de dezembro de 2012:

Abaixo demonstramos a variação de US\$ 4.724, em 31 de dezembro de 2012, conforme os cenários demonstrados acima.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Despesa financeira	Baixa do US\$	-	(16.281)	(46.477)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2013 (saldo contábil tendo por base o CDI de 8,02% acumulado doze meses) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção do CDI considerando o exercício base de 31 de dezembro de 2013, de acordo com a curva de juros da BM&F para o CDI (entre jan/14 e jun/18) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2013:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(116.208)	(3.187)	(6.215)	(9.243)
Financiamentos e empréstimos (com swap)	Alta do CDI	(264.118)	(2.098)	(4.324)	(6.550)
Debênture	Alta do CDI	(317.362)	(10.451)	(19.427)	(28.403)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	239.953	(4.175)	(10.030)	(15.885)

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2012:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(179.852)	2.212	(998)	(4.209)
Financiamentos e empréstimos (com swap)	Alta do CDI	(110.926)	1.364	(616)	(2.596)
Debênture	Alta do CDI	(260.737)	3.207	(1.447)	(6.101)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	76.846	(945)	(2.317)	(3.689)

Pelas análises efetuadas, a Companhia apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II.

A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida em TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 521 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.274 em 31 de dezembro de 2012). A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

Descrição	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	260.112	260.112	98.933	98.933
Arrecadação de recursos de terceiros	12.072	12.072	14.562	14.562
Contas a receber de clientes	170.328	170.328	133.739	133.739
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	(344.407)	(344.407)	(261.622)	(261.622)
Financiamentos e empréstimos	(386.172)	(367.532)	(303.860)	(316.430)
Debêntures	(317.362)	(301.901)	(260.735)	(269.430)
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(10.941)	(10.941)	(946)	(946)

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (*fair value*)

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

Arrecadação de recursos de terceiros

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

Contas a receber de clientes

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Financiamentos e empréstimos e Debêntures

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2014 e 2018, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração..

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2013

Descrição	2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Financiamentos e empréstimos	-	(367.532)	-
Debêntures	-	(301.901)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(10.941)	-

Em 31 de dezembro de 2012:

Descrição	2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Financiamentos e empréstimos	-	(316.430)	-
Debêntures	-	(269.430)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(946)	-

Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram reconhecidos no resultado do exercício e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data das demonstrações financeiras (vide Nota Explicativa 25). Não houve transferências entre os níveis para os exercício apresentados.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide Nota Explicativa 15) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa 25).

Swap 1 (Citibank)

Tinha por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebia juros de 3,76% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e pagava 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Não houve efeito no exercício findo em 2013 (Em 2012, o efeito positivo no resultado foi de R\$ 29).

Swap 2 (Santander)

Tinha por objetivo proteger seu endividamento contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nominal em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Não houve efeito no exercício findo em 2013 (Em 2012, o efeito positivo no resultado foi de R\$ 29).

Swap 3 (Itaú)

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 4,15% a.a., 4,15% a.a., 4,84% a.a., 4,20% a.a., 3,49% a.a. e 2,76% sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 2,30% a.a., 2,20% a.a., 1,75% a.a., 1,80% a.a. e 1,24% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os valores de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2013 são de US\$ 1.996, US\$ 1.001, US\$ 6.799, US\$ 12.872, US\$ 19.130 e R\$ 45.000 (31 de dezembro de 2012 são de US\$ 7.984, US\$ 3.002, US\$ 11.331, US\$ 14.711 e R\$ 19.130), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. O efeito negativo no exercício findo em 2013 foi de R\$ 11.483 (Até 31 de dezembro de 2012, o efeito positivo no resultado foi de R\$ 1.264).

Operações em aberto Swap 3

Em 31 de dezembro de 2013, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de referência em 31/12/2013		Valorização em 31/12/2013		
Data de vencimento	Contrapartes	Em US\$	Em R\$	Posição banco	Posição cliente	Valor justo Em R\$
				Em R\$	Em R\$	
07/02/2014	Itaú BBA S.A	1.996	3.333	3.485	4.755	1.270
24/03/2014	Itaú BBA S.A	1.001	1.666	1.718	2.372	654
20/01/2015	Itaú BBA S.A	6.799	12.000	12.599	16.274	3.675
30/06/2015	Itaú BBA S.A	12.872	26.250	26.775	30.393	3.618
23/11/2015	Itaú BBA S.A	19.130	40.000	40.440	44.969	4.529
04/12/2017	Itaú BBA S.A	45.000	104.620	105.456	105.683	227
Total						13.975

Em 31 de dezembro de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência em 31/12/2012		Valorização em 31/12/2012		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição banco Em R\$	Posição cliente Em R\$	
07/02/2014	Itaú BBA S.A	7.984	13.333	10.372	12.442	2.070
24/03/2014	Itaú BBA S.A	4.004	6.666	5.120	6.206	1.086
20/01/2015	Itaú BBA S.A	11.331	20.000	20.831	23.666	2.835
30/06/2015	Itaú BBA S.A	14.711	30.000	30.462	30.300	(162)
23/11/2015	Itaú BBA S.A	19.130	40.000	40.340	39.235	(1.105)
Total						4.724

Swap 4 (Saфра)

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 3,33% a.a sobre o valor nocional em dólar (ponta ativa) e paga 1,20% a.a., de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência deste *swaps*, em 31 de dezembro de 2013 é de US\$ 31.800. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. O efeito positivo no exercício findo em 2013 foi de R\$ 542

Operações em aberto Swap 4

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência em 31/12/2012		Valorização em 31/12/2012		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição banco Em R\$	Posição cliente Em R\$	
23/10/2017	Safra S.A	31.800	74.291	74.735	75.277	542
Total						542

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$320.666. Nossas principais apólices de seguros são apólices de riscos nomeados e cobrem a matriz e o Centro de Distribuição da Companhia, a frota de veículos automotores e a aeronave. Tais apólices foram contratadas com as seguradoras Liberty e Bradesco, com vigência até 15 de junho de 2014 (Veículos), 22 de setembro de 2014 (Veículos), 18 de dezembro de 2014 (Sede), 02 de dezembro de 2014 (Centro de Distribuição Fortaleza) e 05 de janeiro de 2015 (Aeronave), referentes aos seguintes riscos e com os seguintes limites máximos de responsabilidade (ou LMR):

Modalidade	2013
Incêndio, Raio e Explosão ou Implosão (Centro de Distribuição e Sede)	181.000
Danos materiais (Aeronave)	15.836
Danos materiais (Veículos)	2.200
Subtotal Danos materiais	199.036

Responsabilidade civil	117.130
Danos elétricos e Equipamentos eletrônicos	3.000
Lucros cessantes	1.500
	<hr/>
	320.666

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

29 Eventos subsequentes

Em 30 de dezembro de 2013 foi aprovado uma Cédula de Crédito Comercial da linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no valor de R\$ 36.528 junto ao Banco do Brasil S.A. Contudo, a sua liberação somente foi disponibilizada em março de 2014.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) é um fundo de crédito criado pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste. As empresas e os produtores rurais que desejarem iniciar, ampliar ou modernizar atividades produtivas, na Região, podem contar com o apoio do FCO para financiar seus empreendimentos com longo prazo de pagamento e baixas taxas de juros.

O saldo devedor da dívida sofrerá incidência de juros a taxa efetiva de 4,12% a.a. E sobre os encargos financeiros será concedido um bônus de adimplência de 15% desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até seus vencimentos, gerando uma taxa efetiva de 3,5% a.a..

A 1ª parcela do referido financiamento inicia-se em 1º de fevereiro de 2017 finalizando através da 108ª parcela em 1º de janeiro de 2026, ou seja, possuindo uma carência de 3 anos com 9 anos de PMTs. Como garantia real deste financiamento foi oferecido o Centro de Distribuição da Companhia avaliado pelo banco em R\$ 8.380, conforme laudo de avaliação. Adicionalmente, também foi firmado, para este financiamento, aval do Sr. Francisco Deusmar de Queirós e respectivo cônjuge.

A contratação desse financiamento faz parte da gestão do fluxo de caixa da Companhia para suportar o seu plano de expansão no exercício de 2014.

* * *

Francisco Deusmar de Queirós
Presidente

Josué Ubiraniilson Alves
Diretor Vice-presidente

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos negócios

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor de Planejamento e Relações com investidores e Financeiro

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora Comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor de Sistemas e Logística

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador CRC CE 8408